

## MOBILIDADE E DESEMPREGO NO MERCADO DE TRABALHO\*

Pedro Portugal \*\*

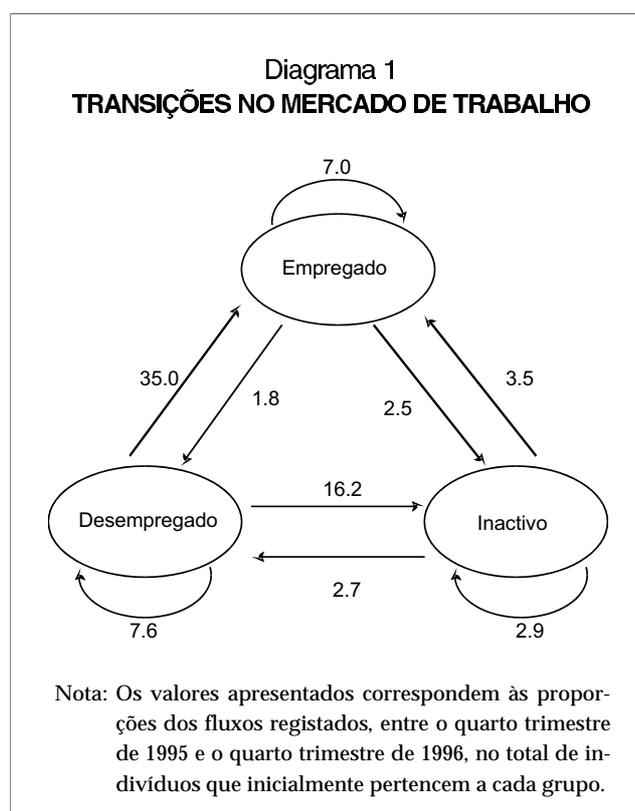
Mónica Dias\*\*

### 1. INTRODUÇÃO

Uma forma convencional de caracterizar a situação do mercado de trabalho consiste na decomposição da população em idade activa em empregados, desempregados e inactivos. O acompanhamento da evolução destas variáveis durante períodos curtos sugere que o seu comportamento é relativamente estável. No entanto, a indicação de estabilidade pode resultar quer da fraca intensidade de fluxos entre os três estados referidos, quer da compensação entre estes fluxos, ainda que eles sejam intensos. Uma caracterização mais precisa envolverá, portanto, a quantificação dos fluxos brutos de trabalhadores, em paralelo com os correspondentes fluxos líquidos. O recurso à informação contida nos registos individuais do Inquérito Trimestral ao Emprego promovido pelo Instituto Nacional de Estatística permite detalhar a análise dos fluxos do mercado de trabalho português e qualificar o perfil do seu funcionamento<sup>(1)</sup>.

### 2. INTENSIDADE DOS FLUXOS NO MERCADO DE TRABALHO

O conjunto das transições observadas entre os estados de emprego, desemprego e inactividade diz respeito ao período que medeia entre o quarto



trimestre de 1995 e o quarto trimestre de 1996 (ver diagrama 1). Distinguem-se, aqui, transições entre estados diferentes e mudanças que ocorram dentro do mesmo estado desde que envolvam uma passagem por um novo emprego durante o ano.

A nota dominante na análise dos valores de transição é a forte estabilidade observada: os indivíduos reportam, em proporções elevadas, a mesma situação no mercado de trabalho nos dois momentos. Entre os indivíduos que inicialmente se encontram empregados, estimam-se fluxos para o desemprego e para a inactividade muito reduzidos, sendo, em contrapartida, expressivas as mudanças emprego-emprego, que atingem 7 por cen-

\* As opiniões expressas no artigo são da inteira responsabilidade dos autores e não coincidem necessariamente com a posição do Banco de Portugal.

Os autores agradecem ao Professor Vítor Gaspar os seus comentários e sugestões.

\*\* Departamento de Estudos Económicos.

(1) O Banco de Portugal manifesta ao INE o seu agradecimento pela disponibilização destes dados.

to dos empregados durante o ano<sup>(2)</sup>. As transições ocorridas a partir da situação de inatividade são, sobretudo, o reflexo do facto deste estado funcionar como uma fonte alimentadora das restantes situações no mercado de trabalho, fornecendo-lhes, nomeadamente, os seus elementos mais jovens. Por último, e de acordo com as expectativas, é no grupo dos indivíduos que inicialmente estão desempregados que as transições são mais intensas. O desemprego tem, por definição, uma natureza transitória. Não obstante, cerca de 50 por cento dos indivíduos inicialmente desempregados mantêm a mesma situação no final de 1996, apesar de para 7.6 por cento deles ter existido um emprego intercalar que redundou numa nova situação de desemprego<sup>(3)</sup>.

A magnitude dos fluxos brutos de trabalhadores entre as diferentes situações do mercado de trabalho revela, naturalmente, intensidades de transição consideravelmente superiores às espelhadas pelos correspondentes fluxos líquidos. Esta proposição, no entanto, não prejudica a impressão genérica de uma fraca mobilidade entre as situações emprego, desemprego e inatividade<sup>(4)</sup>.

### 3. ALGUNS FACTORES RELEVANTES

A indicação de forte estabilidade ocorre independentemente do *sexo* dos indivíduos. Todavia, na generalidade dos casos as transições são ainda mais improváveis entre as mulheres (ver diagramas 2 e 3). Duas situações merecem, no entanto, ser destacadas. Por um lado, as entradas na inatividade sucedem mais frequentemente neste grupo, indiciando uma maior predisposição ao envolvimento na produção doméstica. Por outro lado, a mudança de emprego é mais frequente nos indivíduos do sexo masculino do que nos indivíduos do sexo feminino, sugerindo que o investimento na procura de um posto de trabalho mais adequado

Diagrama 2  
TRANSIÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO  
Mulheres

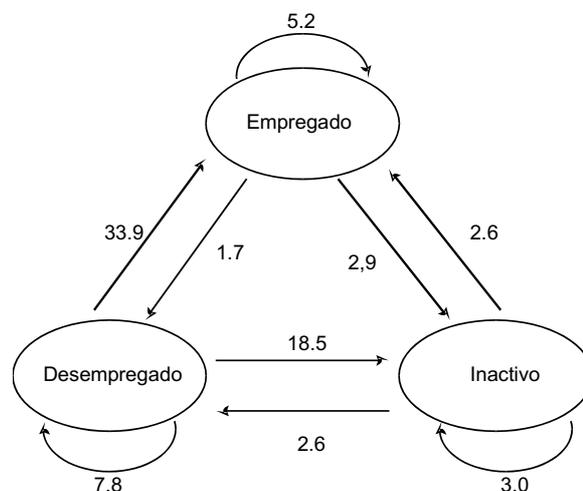
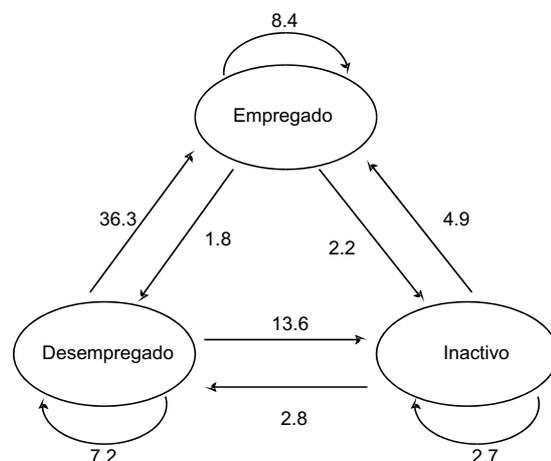


Diagrama 3  
TRANSIÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO  
Homens



Nota: Os valores apresentados correspondem às proporções dos fluxos registados, entre o quarto trimestre de 1995 e o quarto trimestre de 1996, no total de indivíduos que inicialmente pertencem a cada grupo.

(2) Note-se que estas transições (que têm uma natureza cumulativa) podem envolver passagens temporárias por situações de desemprego e inatividade.

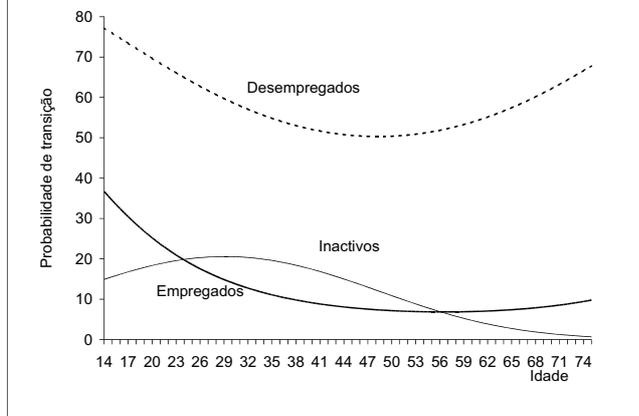
(3) Ver Mata e Dias (1997) para uma discussão aprofundada das transições dentro do mesmo estado.

(4) A intensidade dos fluxos no mercado de trabalho português é, aparentemente, a mais baixa da União Europeia (ver, por exemplo, Blanchard e Jimeno, 1995).

(*job shopping*) é mais intenso nos homens do que nas mulheres.

Ao longo do *ciclo de vida* as transições ocorrem segundo um perfil bem definido. No início da vida activa quer os indivíduos empregados quer os desempregados (ver gráfico 1) mudam de estado com uma frequência elevada, sendo esta frequên-

Gráfico 1  
INTENSIDADE DAS TRANSIÇÕES POR IDADE  
Por situação inicial no mercado de  
trabalho (1995:IV)



cia decrescente com a idade. Esta observação traz, para os indivíduos mais jovens, a busca de uma colocação ajustada às suas capacidades produtivas. A inversão deste padrão, no final da vida activa, reflecte a passagem à inactividade. A proporção de inactivos que abandonam esse estado aumenta com a crescente inserção no mercado de trabalho dos indivíduos que terminam a sua vida escolar. Em geral, os inactivos registam fluxos de saída muito reduzidos.

A *formação escolar* influencia significativamente a situação dos indivíduos perante o mercado de trabalho (ver quadro 1). Indivíduos com maior formação escolar registam uma probabilidade acentuadamente mais elevada de se encontrarem em-

Quadro 1

SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO POR  
NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Em percentagem

	Nível de escolaridade			
	Sem instrução	Básico	Secundário	Superior
Actividade em 1996:IV				
Empregado . . . . .	26.7	54.7	53.1	79.5
Desempregado . . . . .	1.3	4.5	5.8	3.4
Inactivo . . . . .	72.0	40.8	41.1	17.1
Total . . . . .	100	100	100	100

Quadro 2

INTENSIDADE DAS TRANSIÇÕES POR SITUAÇÃO  
INICIAL E NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Em percentagem

	Nível de escolaridade			
	Sem instrução	Básico	Secundário	Superior
Actividade em 1995:IV				
Empregado . . . . .	10.1	12.1	10.6	7.8
Desempregado . . . . .	72.0	56.9	61.6	62.8
Inactivo . . . . .	3.0	9.6	17.3	31.3

Nota: Os valores apresentados correspondem à proporção de indivíduos que transitam de estado.

pregados e, conseqüentemente, uma menor probabilidade de estarem inactivos ou desempregados. O peso relativo deste grupo de indivíduos tem vindo a crescer devido ao aumento do nível de instrução e da taxa de actividade das gerações mais recentes, em particular dos seus elementos femininos. Por outro lado, a escolaridade parece constituir um factor inibidor das transições no mercado de trabalho para os que estão empregados (ver quadro 2). De facto, a níveis de instrução mais elevados corresponde uma maior estabilidade no emprego. No entanto, a formação escolar não parece influenciar significativamente o fluxo de saída do desemprego. Por último, os indivíduos com maior formação escolar têm maior probabilidade de passarem de uma situação de inactividade a uma situação de actividade.

#### 4. CARACTERIZAÇÃO DO DESEMPREGO

Um aspecto do mercado de trabalho que é alvo de especial preocupação e que justifica uma caracterização mais desagregada é, precisamente, a situação de desemprego. A determinação do volume de desemprego conjuga situações e dinâmicas muito heterogéneas. Por um lado, o *stock* de desempregados resulta, em cada momento, da acumulação de fluxos de natureza diversa: de transições do estado de inactividade, que podem resultar, por exemplo, da situação dos indivíduos que terminaram o seu percurso escolar e que procuram activamente o seu primeiro emprego ou do retorno de

Quadro 3

## COMPOSIÇÃO DO STOCK DE DESEMPREGADOS

Em percentagem

	Razões da procura de emprego				
	Primeiro emprego	Despedimento colectivo	Despedimento individual	Fim de emprego de duração limitada	Outras razões
Peso relativo no <i>stock</i> de desempregados . . . . .	20.1	14.5	15.2	27.1	23.1
Proporção de desempregados de longa duração. . . . .	33.8	55.3	41.2	29.8	46.3

Quadro 4

## INTENSIDADE DOS FLUXOS TRIMESTRAIS DA SITUAÇÃO DE DESEMPREGO

Em percentagem

	Razões da procura de emprego				
	Primeiro emprego	Despedimento colectivo	Despedimento individual	Fim de emprego de duração limitada	Outras razões
Proporção que transita para o emprego . . . . .	14.1	11.7	13.4	20.6	13.0
Proporção que transita para a inactividade . . . . .	5.3	3.7	4.0	2.7	4.6

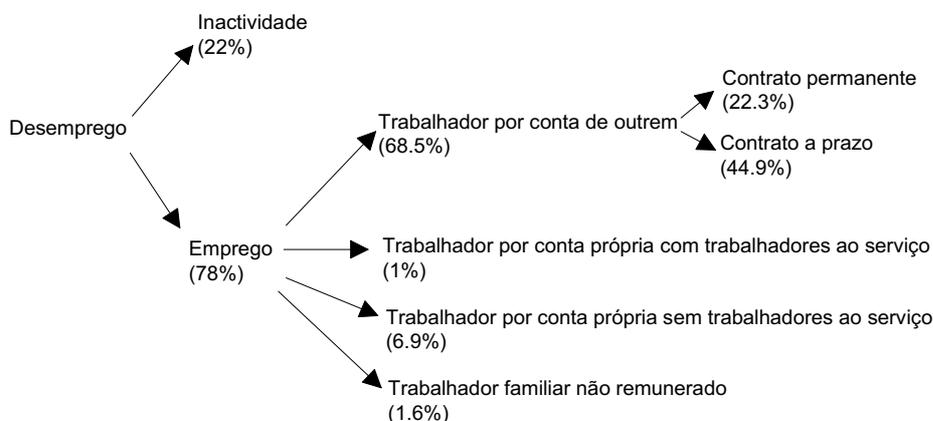
trabalhadores à vida activa; e de transições do estado de emprego, desencadeadas, por exemplo, pela destruição de postos de trabalho (nomeadamente, devido ao encerramento da empresa) ou pelo fim de contratos laborais de duração limitada. Por outro lado, o *stock* de desempregados também é determinado pelos fluxos de saída da situação de desemprego podendo conduzir a situações de chegada distintas: emprego, no caso da obtenção de um novo posto de trabalho; e inactividade, em situações de preferência pela produção doméstica, de reforma ou de desencorajamento.

A decomposição do *stock* de desempregados de acordo com a razão da procura de emprego (ver quadro 3) permite identificar como situação mais frequente aquela que é devida ao fim de um emprego de duração limitada (27.1 por cento). São, no entanto, os desempregados nesta situação quem mais rapidamente obtêm um novo emprego (ver quadro 4). Em contrapartida, a situação de despedimento colectivo (14.5 por cento dos desemprega-

dos) está associada com uma maior dificuldade de transição para um emprego e com uma maior incidência de desempregados de longa duração (indivíduos que procuram um emprego por um período superior a 12 meses).

A maioria dos desempregados (68.5 por cento dos indivíduos que abandonam a situação de desemprego) transita para um emprego como trabalhador por conta de outrem (ver diagrama 4). A situação mais comum é a da obtenção de um contrato a prazo (44.9 por cento dos ex-desempregados são contratados a prazo, enquanto 22.3 por cento obtêm um contrato permanente). Apesar destas proporções contrastarem com as do total de empregados, note-se que é habitual um indivíduo conseguir um emprego como contratado a prazo e posteriormente obter um contrato permanente. Por último, do total das transições, 22 por cento tornam-se inactivos, enquanto 7.9 por cento iniciam uma actividade como trabalhador por conta própria.

Diagrama 4  
TRANSIÇÕES DO DESEMPREGO POR DESTINO



## 5. PERSISTÊNCIA DO DESEMPREGO E SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

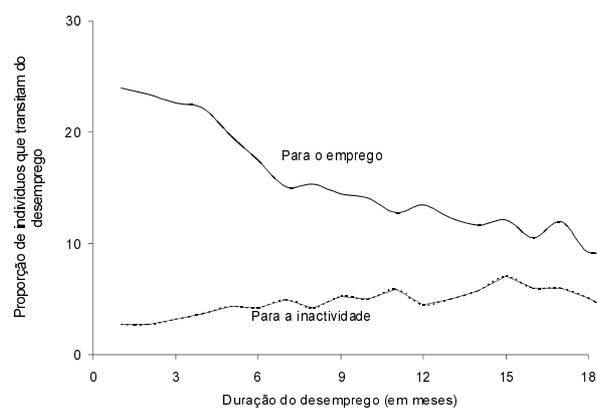
A atenção dedicada ao desemprego de longa duração deve-se, em parte, à existência de uma crescente dificuldade em obter um posto de trabalho à medida que a situação de desemprego se prolonga no tempo. Esta constatação tem suportado a proposição de que a persistência do desemprego poderá ser devida a uma relação de dependência entre o desemprego presente e o desemprego futuro. Numa perspectiva microeconómica, esta relação negativa entre a duração do desemprego e a probabilidade de re-emprego tem sido atribuída à depreciação do capital humano, à estigmatização dos desempregados de longa duração por parte dos potenciais empregadores, a fenómenos de desencorajamento que afectam a intensidade da procura de um posto de trabalho e a efeitos indesejados dos regimes de apoio ao rendimento dos desempregados. No período considerado, verifica-se, também em Portugal, um decréscimo significativo da probabilidade de obter um emprego com a duração do desemprego (ver gráfico 2), ao contrário do que sucede com as transições para a inactividade que parecem exibir um fraca tendência crescente.

A existência de sistemas de subsídios ao desemprego caracterizados por elevadas taxas de reposi-

ção e durações potenciais é um factor frequentemente invocado para explicar os fenómenos de cronicidade e persistência do desemprego na generalidade dos países da União Europeia<sup>(5)</sup>. Em Portugal, a alteração ao enquadramento legal das condições de acesso ao regime de subsídio de desemprego definida em 1989 favoreceu um aumento muito pronunciado da taxa de cobertura do subsídio de desemprego nos anos posteriores (ver

(5) Ver Scarpetta (1997) para um estudo do desemprego das economias dos países da OCDE.

Gráfico 2  
TRANSIÇÕES TRIMESTRAIS DO ESTADO DE DESEMPREGO



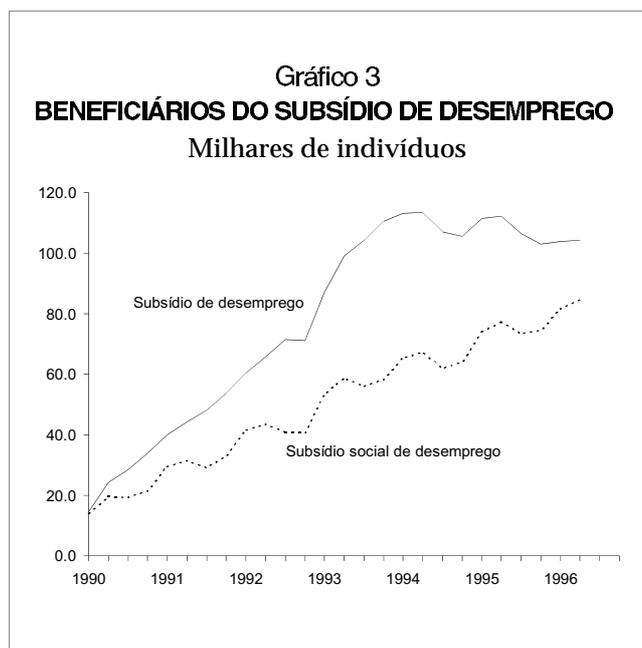
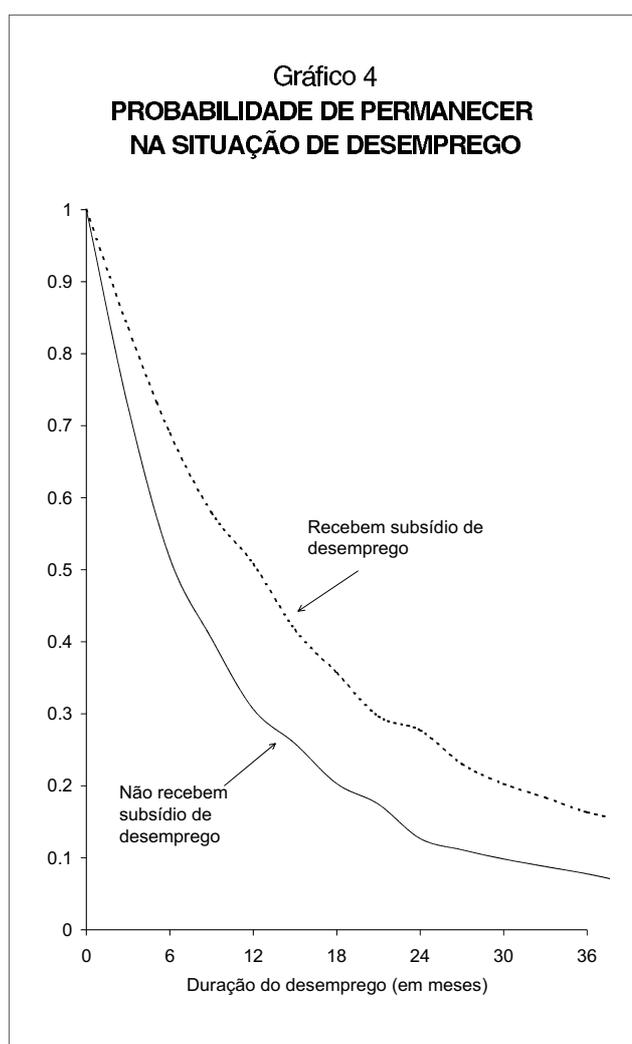


gráfico 3). O subsídio de desemprego passou a depender da verificação de condições de acesso menos restritas, que são condicionadas sobretudo pela história laboral recente do trabalhador. O limite da duração máxima do subsídio passou a estar indexado à idade do trabalhador e a poder atingir, no escalão etário superior (mais de 55 anos), 30 meses.

Estabelecendo uma adequada comparação entre o comportamento dos trabalhadores que recebem subsídio de desemprego com os trabalhadores que não recebem esse subsídio (gráfico 4) verifica-se que os desempregados não-subsidiados transitam para o emprego a um ritmo significativamente superior ao dos desempregados subsidiados. A sugestão de que o sistema de subsídio de desemprego poderá estar a contribuir para refrear as transições desemprego-emprego não é afastada pela consideração do facto de os desempregados subsidiados tenderem a partilhar outras características que desfavorecem as transições para o emprego, nomeadamente, uma idade mais avançada e uma menor qualificação escolar<sup>(6)</sup>. Na realidade, o impacto do sistema português de subsídios de desemprego no ritmo de obtenção de um posto de trabalho não parece diferir significativamente do observado em outras economias europeias. Em

(6) Ver Portugal e Addison (1997) para um estudo aprofundado do impacto do subsídio de desemprego nas transições do desemprego.



particular, a comparação entre a experiência portuguesa e a espanhola revela, a este respeito, um comportamento muito similar (Bover, García-Perea e Portugal, 1997).

O sistema de subsídio de desemprego tem, evidentemente, uma justificação de carácter social enquanto regime de suporte de rendimento e de seguro social. Acresce ainda que a mera existência de um regime de seguro de desemprego garante uma função de estabilização macroeconómica, favorece a obtenção de postos de trabalho adequados às qualificações dos trabalhadores (*job matching*), melhorando a afectação de recursos e, portanto, a remuneração do trabalho, e estimula a oferta de trabalho dos indivíduos que pretendem verificar as condições de acesso ao subsídio de desemprego. No entanto, como em qualquer actividade seguradora, coloca-se o problema de o segurado não agir de acordo com um critério adequado de minimização do risco (*moral hazard*). A importância dos efeitos indesejados dos programas de

seguro de desemprego depende das configurações específicas de cada sistema (condições de acesso, taxa de reposição, duração máxima, etc.) admitindo-se que, em geral, o período máximo de atribuição do subsídio de desemprego exerce a influência mais decisiva<sup>(7)</sup>.

## 6. CONCLUSÃO

A existência de barreiras à mobilidade dos trabalhadores tende a traduzir-se, no longo prazo, numa deficiente afectação de recursos e, portanto, num problema crónico de produtividade. Um sintoma claro da importância dessas barreiras no caso português é a fraca intensidade com que se processam as transições no mercado de trabalho. Importará, assim, aprofundar o estudo da relação entre os elementos de rigidez microeconómica e a aparente ossificação do mercado de trabalho português. Por um lado, tanto o enquadramento legal das relações laborais (em particular a legislação de protecção ao emprego) como as barreiras à mobilidade geográfica (nomeadamente, a situação de bloqueio do mercado de arrendamento habitacional) impõem custos de ajustamento significativos nas dinâmicas da procura e da oferta de trabalho<sup>(8)</sup>. Por outro lado, quer os mecanismos de garantia de rendimentos (como o salário mínimo, o subsídio de desemprego ou o rendimento mínimo garantido), quer a persistência de bolsas de emprego fracamente permeáveis às condições gerais do mercado de trabalho, tendem a fazer elevar os salários de reserva e, portanto, a dificultar aceitação de ofertas de emprego menos remunerado.

Na avaliação das políticas de emprego haverá, sempre, que ponderar devidamente os objectivos de equidade e eficiência. É, no entanto, frequente observar uma associação perversa entre os desígnios de equidade anunciados e os resultados efectivamente garantidos. De facto, é muitas vezes reconhecido que algumas dessas políticas tendem a desfavorecer a situação dos trabalhadores menos

qualificados, dos desempregados, dos jovens e dos trabalhadores com vínculos laborais menos estáveis (os *outsiders*) em relação aos outros trabalhadores (os *insiders*).

Mesmo na perspectiva do bem-estar dos indivíduos, não é indiferente a intensidade com que ocorrem os fluxos no mercado de trabalho. De facto, para uma taxa de desemprego equivalente, afigura-se mais desejável um mercado de trabalho (mais flexível) caracterizado por taxas de incidência de desemprego elevadas mas durações do desemprego curtas, do que um mercado de trabalho (mais rígido) com taxas de incidência mais baixas mas durações de desemprego mais longas. Esta análise parece indicar que o perfil do mercado de trabalho português, mesmo após descontar a influência das flutuações cíclicas, tende a aproximar-se mais da segunda caracterização do que da primeira.

## REFERÊNCIAS

- Blanchard, O. e Jimeno, J. (1995). "Structural Unemployment: Spain versus Portugal," *American Economic Review Papers and Proceedings*, 4, May: 212-218.
- Bover, O., García-Perea e Portugal, P. (1997). "A Comparative Study of the Portuguese and Spanish Labour Markets," trabalho apresentado no *Workshop "The Portuguese Labour Market in an International Perspective"*, Banco de Portugal, Lisboa.
- Grubb, D. e Wells, W. (1993). "Employment Regulation and Patterns of Work in EC Countries," *OECD Economic Studies*, 21, Winter: 7-58.
- Mata, J. e Dias, M. (1997). "Transições no Mercado de Trabalho," *Boletim Económico* do Banco de Portugal, 3, Março: 51-63.
- Portugal, P. e Addison, J. T. (1997). "Unemployment Insurance and Joblessness: A Discrete Duration Model with Multiple Destinations," trabalho apresentado no *Workshop "The Portuguese Labour Market in an International Perspective"*, Banco de Portugal, Lisboa.
- Scarpetta, S. (1997). "Le Rôle des Politiques du Marché du Travail et des Dispositions Institutionnelles Concernant le Chômage: Une Comparaison Internationale," *Revue Économique de l'OCDE*, 26 (I): 53-113.

(7) No caso português é ainda claro que o sistema de subsídio de desemprego desfavorece a aceitação de empregos em regime de *part-time* (Portugal e Addison, 1997).

(8) Grubb and Wells (1993) consideram a legislação portuguesa sobre protecção ao emprego como a mais rígida dos países da UE.